

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MARIZETE DUTRA FERREIRA DA SILVA**

**AS METODOLOGIAS UTILIZADAS NA ALFABETIZAÇÃO DE  
CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA  
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JOCIÊDES ANDRADE**

**Tabatinga – AM  
2017**

**MARIZETE DUTRA FERREIRA DA SILVA**

**AS METODOLOGIAS UTILIZADAS NA ALFABETIZAÇÃO DE  
CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA  
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JOCIÊDES ANDRADE**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC  
apresentado como requisito parcial à obtenção  
do grau de licenciado (a) em Pedagogia pela  
Universidade do Estado do Amazonas.

Orientadora: Prof. Darcimar Souza Rodrigues

**Tabatinga – AM  
2017**

**MARIZETE DUTRA FERREIRA DA SILVA**

**AS METODOLOGIAS UTILIZADAS NA ALFABETIZAÇÃO DE  
CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA  
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JOCIÊDES ANDRADE**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado  
como requisito parcial à obtenção do grau de  
licenciado (a) em Pedagogia pela Universidade do  
Estado do Amazonas.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Darcimar Souza Rodrigues  
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

---

Prof<sup>º</sup>. Sebastião Rocha de Souza  
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

---

Prof<sup>º</sup> Claudete Góes

**Tabatinga – AM  
2017**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus em segundo aos meus pais Francisco e Marlene e meu esposo Fábio Luiz, pois sem os quais essa realização não seria possível.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois através do seu amor e graça me concedeu a oportunidade de iniciar e concluir o curso de Licenciatura em Pedagogia, por todos os dias ter me sustentado, me fortalecido e me guardado.

Ao meu pai Francisco e minha mãe Marlene, pessoas magníficas que Deus com seu infinito amor me presenteou. Pais tão maravilhosos e íntegros, que durante todo meu crescimento foram modelos para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje, me ensinando lições que nenhuma instituição poderia me ensinar. Que de forma especial me deram força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldade, apesar da distância palavras de incentivo nunca faltaram. Se hoje estou aqui, sou grata a vocês por isso. Obrigada pelo amor incondicional dedicado a mim. Eu amo muito vocês!

A meu esposo Fábio Luiz, pelo apoio, atenção, motivação e muito amor no decorrer do curso, sempre presente me ajudando em todo tempo. Por todos os conselhos sábios nos momentos difíceis, todo carinho, cumplicidade e compreensão. Obrigada por estar sempre ao meu lado, essa conquista também é sua! Te amo muito!

À minha professora orientadora, Darcimar Souza Rodrigues que através do seu conhecimento pôde guiar meus passos na construção dessa pesquisa. Que disponibilizou de seu tempo para estar junto comigo durante as orientações, agradeço de coração pela atenção dispensada durante todo o período em que essa pesquisa esteve sendo construída.

A todos os professores da Universidade do Estado do Amazonas, que direta ou indiretamente contribuíram para que essa pesquisa fosse realizada, meus amigos acadêmicos, a todos vocês o meu muito obrigada!

## **ONDE VOCÊ VÊ**

Onde você vê um obstáculo,  
Alguém vê o término da viagem  
E o outro vê uma chance de crescer.  
Onde você vê um motivo pra se irritar,  
Alguém vê a tragédia total  
E o outro vê uma prova para sua paciência.  
Onde você vê a morte,  
Alguém vê o fim  
E o outro vê o começo de uma nova etapa...  
Onde você vê a fortuna,  
Alguém vê a riqueza material  
E o outro pode encontrar por trás de tudo, a dor e a miséria total.  
Onde você vê a teimosia,  
Alguém vê a ignorância,  
Um outro compreende as limitações do companheiro,  
Percebendo que cada qual caminha em seu próprio passo.  
E que é inútil querer apressar o passo do outro,  
A não ser que ele deseje isso.  
Cada qual vê o que quer, pode ou consegue enxergar.  
"Porque eu sou do tamanho do que vejo.  
E não do tamanho da minha altura."

**(Fernando Pessoa, 1900, Literatura Portuguesa, Lisboa)**

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Informações sobre os entrevistados.....	38
QUADRO 2 - Você se considera capacitado (a) para atender alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe? E para o apoio pedagógico a mesma pergunta foi feita se ele considera os professores capacitados para atenderem alunos com necessidades educacionais em sua classe? .....	39
QUADRO 3 - Qual o papel exercido pelo cuidador com relação ao aluno com necessidades educacionais especiais no cotidiano escolar?.....	42
QUADRO 4 - Como a classe se relaciona com o aluno com necessidade educacional especial?.....	43
QUADRO 5 - Você considera as atividades aplicadas nas aulas apropriadas para os alunos com necessidades educacionais especiais? Quais os materiais mais utilizados?.....	44
QUADRO 6 - Você acredita que o aluno com necessidade educacional especial incluído no ensino regular desenvolvem melhor suas capacidades escolares do que se estivesse em classe especial?.....	46
QUADRO 7 - Que metodologias você utiliza para alfabetizar a criança com necessidades educacionais especiais?.....	47
QUADRO 8 - Como a avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais é realizada na prática?.....	48
QUADRO 9 - Questionamentos feitos ao apoio pedagógico sobre o processo de inclusão dos alunos com NEE na escola de ensino regular.....	49

## **LISTA DE SIGLAS**

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CBN – Conselho de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NEE – Necessidade Educacional Especial

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

## RESUMO

O presente trabalho com o tema “As metodologias utilizadas na alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais na Escola Municipal professora Jociêdes Andrade”, inserido na linha de pesquisa Educação Especial e Inclusão. A pesquisa visou identificar como vem ocorrendo a inclusão no ambiente escolar, conhecer como os professores tem se preparado para o processo educacional, verificar os avanços e descrever como a inclusão acontece no espaço escolar. Trata-se de um trabalho bibliográfico e de campo, com abordagem qualitativa, no qual fez-se uso da técnica de observação e questionário com perguntas semifechadas e perguntas abertas. O público alvo da pesquisa foram alunos, um cuidador, apoio pedagógico e três professores do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental. De acordo com os dados obtidos, foi possível constatar a dificuldade dos professores em desenvolverem uma proposta educacional inclusiva na sala de aula, apesar da maioria ter especialização voltada a intervir na dificuldade de aprendizagem, os mesmos não se sentem capacitados para lidar com a inclusão de crianças com necessidade educacional especial em sua classe.

**Palavras-Chave:** Inclusão; Necessidade educacional especial; Metodologias.

## RESUMEN

El presente trabajo con el tema "Las metodologías utilizadas en la alfabetización de niños con necesidades educativas especiales en la Escuela Municipal profesora Jociêdes Andrade", insertado en la línea de investigación Educación Especial y Inclusión. La investigación pretendió identificar cómo viene ocurriendo la inclusión en el ambiente escolar, conocer cómo los profesores se han preparado para el proceso educativo, verificar los avances y describir cómo la inclusión ocurre en el espacio escolar. Se trata de un trabajo bibliográfico y de campo, con abordaje cualitativo, en el cuál se hizo uso de la técnica de observación y cuestionario con preguntas semifechadas y preguntas abiertas. El público objetivo de la investigación fueron alumnos, un cuidador, apoyo pedagógico y tres profesores del primero al tercer año de la enseñanza fundamental. De acuerdo con los datos obtenidos, fue posible constatar la dificultad de los profesores en desarrollar una propuesta educativa inclusiva en el aula, a pesar de que la mayoría tienen especialización orientada a intervenir en la dificultad de aprendizaje, los mismos no se sienten capacitados para lidiar con la inclusión de la inclusión Niños con necesidades educativas especiales en su clase.

**Palabras clave:** Inclusión; Necesidad educativa especial; Metodologías.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
1.1. ASPECTO HISTÓRICO.....	13
1.2. CARACTERIZANDO AS NECESSIDADES ESPECIAIS.....	16
1.3. OS ASPECTOS LEGAIS QUE ASSEGURAM OS DIREITOS DAS PESSOAS COM NEE.....	18
1.4. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AOS CUIDADOS DAS INSTITUIÇÕES.....	20
1.5. O AMBIENTE ESCOLAR E O PREPARO DO ALFABETIZADOR.....	25
1.5.ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS FRENTE AO ACOMPANHAMENTO DO CUIDADOR.....	31
<b>CAPÍTULO II – METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>38</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares nos mostrou indícios que elas não estavam desenvolvendo suas aprendizagens. A partir dessa preocupação surgiu o interesse em realizar a pesquisa com a temática “As metodologias utilizadas na alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais na Escola Municipal professora Jociêdes Andrade”. A escolha da escola mencionada está relacionada ao fato de ter um grande número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados.

O trabalho segue a linha de pesquisa em Educação Especial e Inclusão. Foi realizado na Escola Municipal professora Jociêdes Andrade, onde foi realizada uma pesquisa de campo, com observações em uma turma do segundo ano do ensino fundamental e para coletar os dados utilizou-se a aplicação de questionário para um cuidador, apoio pedagógico e três professores do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental.

Nosso objetivo principal trata-se de pesquisar os métodos e metodologias utilizadas na alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais nas séries iniciais do ensino fundamental, atualmente destinadas ao período de alfabetização, ou seja, nas turmas do primeiro ao terceiro ano do Ensino fundamental.

A pesquisa em questão buscou compreender como a inclusão de crianças com NEE durante o processo de alfabetização tem realmente acontecido na prática; se o ambiente escolar proporciona ao educador e educando recursos necessários para realizar com êxito as propostas relacionadas ao processo de ensino aprendizagem; como os educadores envolvidos tem se preparado para lidar com o processo de inclusão durante o período de alfabetização e se a criança com NEE participa ativamente das atividades propostas aos alunos de modo geral.

Assim como identificar como vem ocorrendo a inclusão na alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais; conhecer como os professores que fazem parte desse processo se prepararam para realizar suas atividades em sala de aula; verificar os avanços apresentados por esses alunos, levando em conta suas possíveis limitações e descrever como a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais acontece no espaço escolar.

A realização desse trabalho se fez relevante, por oferecer contribuições para compreendermos como têm funcionado as práticas educativas durante o processo de alfabetização que envolve crianças com NEE; os métodos e metodologias que estão sendo

utilizados durante o período de alfabetização, as concepções e atitudes dos professores na alfabetização em relação à inclusão de alunos com NEE.

No âmbito pedagógico a realização do mesmo irá trazer a reflexão sobre a prática pedagógica, possibilitando a busca por aprimorar as ações pedagógicas dos educadores, pois os mesmos precisam estar sempre em busca de qualificação, o que se faz necessário durante o processo de ensino aprendizagem. Pois um educador que reflete sobre sua prática torna-se capaz de rever os caminhos que estão sendo percorridos na orientação dessas crianças e estabelecer as modificações necessárias para que o seu trabalho alcance todos os alunos envolvidos.

Assim, sendo, esse trabalho monográfico traz consideráveis contribuições, para acadêmicos, pais, professores e todos que fazem parte do contexto escolar, assim como todos os interessados no processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e sua inclusão no ensino regular.

Para uma maior compreensão, o presente trabalho está organizado em três capítulos e as considerações finais:

No primeiro capítulo, apresentaremos a fundamentação teórica, com os subtemas: Aspecto histórico; Caracterização das necessidades especiais: aspectos legais; educação inclusiva: aos cuidados das instituições; O ambiente escolar e o preparo do alfabetizador; Alunos com necessidades educacionais especiais frente ao acompanhamento do cuidador.

No segundo capítulo estaremos expondo as metodologias utilizadas durante a pesquisa, apresentando os caminhos percorridos durante a investigação, descrevendo o tipo de pesquisa, o método de abordagem e as técnicas utilizadas, bem como as características do local da pesquisa.

No terceiro capítulo abordaremos a análise e discussão dos resultados, obtidos durante a pesquisa, expondo as respostas alcançadas através do questionário aplicado com o apoio pedagógico, cuidador e professores. E as considerações finais, destacando a importância da realização da pesquisa e suas contribuições.

## CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1. Aspecto histórico

Para melhor compreensão desse processo de inclusão, é necessário conhecer a trajetória histórica na qual se deu a mesma, pois nos auxiliará na compreensão das configurações atuais da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Um levantamento histórico nos possibilita refletir sobre as condições reais da inclusão de pessoas com limitações físicas, sensoriais ou cognitivas tem se dado na sociedade em cada época, analisando os avanços alcançados até o presente momento.

Durante o período da pré-história com o modo de vida nômade, a vida se dava em cavernas e o meio de sobrevivência era a caça e a pesca. Fato que acarretava riscos de ataques de animais, que conseqüentemente causava alguma deficiência aqueles que sofriam tais ataques. Tudo era muito improvisado para o tratamento das lesões e fraturas, que geralmente deixava alguma seqüela, assim sendo, manter uma pessoa deficiente nas tribos era tido como um transtorno devido ao deslocamento constante dos povos, com isso os deficientes eram abandonados, ficando sujeitos a própria sorte, assim como evidencia Gugel apud Rodrigues:

As tribos se formavam com a preocupação de manter a segurança e a saúde dos integrantes do grupo para a sobrevivência. Os estudiosos concluem que a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível porque o ambiente era muito desfavorável e porque essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era inclusive muito comum que certas tribos se desfizessem das crianças com deficiência. (2014, p.31)

Têm-se relatos que no Antigo Egito, o tratamento dado às pessoas com alguma deficiência era bem diferenciado do mencionado acima. O que pode ser identificado por meio de múmias, papiros e a arte egípcia, demonstrando indícios como também das distintas formas de tratamento dispensado as pessoas com algum grau de limitação física, intelectual ou sensorial, assim como descreve Gugel apud Rodrigues:

No Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C. ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos. (2014, p.32)

Na Grécia, devido ao militarismo da época, as amputações de membros do corpo aconteciam frequentemente por causa dos conflitos em batalhas. Quanto às crianças recém-nascida com alguma deficiência, essas eram lançadas do alto de um abismo, pois não era considerada ideal para a convivência social, pois “só os fortes sobreviviam para servir ao exército de Leônidas.” (GUGEL apud RODRIGUES, 2014, p.32)

Na antiga Roma, as crianças que nascessem com alguma característica diferente das consideradas normais, eram mortas ou abandonadas as margens do rio Tigre. Com a difusão do Cristianismo os deficientes passaram a ser considerados como pessoas que possuíam alma e elimina-los seria um atentado aos princípios morais e divinos. Uma mudança na forma pela qual as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas pela sociedade em geral. Apesar dessa visão muitas pessoas eram utilizadas como atrações para divertir outras, conhecidos como bobo da corte.

Na Idade Média, a igreja católica considerava essas pessoas como endemoninhados ou representantes do mal, que para serem purificados deveriam ser castigados. “Os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos. As crianças que sobreviviam eram separadas de suas famílias e quase sempre ridicularizadas.” (GUGEL apud RODRIGUES, 2014, p.33)

Na Idade Moderna, ocorreu um grande avanço da medicina, proporcionando a maior compreensão do corpo e da mente humana, trazendo a tona algumas causas de fatores biológicos no que diz respeito às deficiências, um grande avanço para o período.

Durante o período do Renascimento, ocorreu a valorização do homem, porém as pessoas com necessidades especiais não eram aceitas pela sociedade, na qual, os asilos, abrigos e hospitais psiquiátricos era o local destinado a elas. A partir desse momento, fortaleceu-se a ideia de que as pessoas com deficiência deveriam receber uma atenção diferenciada, não sendo renegado apenas à condição de uma parte integrante da massa de pobres ou marginalizados. Foram sendo construídos locais de atendimento específico para pessoas com deficiência, fora dos tradicionais abrigos ou asilos para pobres e velhos. Sendo, que os primeiros movimentos sobre os direitos dos deficientes ocorreram na Europa, chegando aos Estados Unidos e Canadá por meio de alguns questionamentos com um olhar diferenciado para o problema.

Também no século XVIII, com o avanço da ciência moderna e os avanços da psicologia, que começou a buscar respostas para problemas relacionados a vida humana. Dessa forma, os estudos realizados trouxeram alternativas que possibilitou compreender melhor os fatores causadores de problemas relacionados aos seres humanos, inclusive das

peças com necessidades especiais. Como afirma Bock: “A psicologia como ciência humana, permitiu-nos ter um conhecimento abrangente sobre os seres humanos.” (2008, p.103).

Já no Brasil, conforme relatos históricos por volta de 1854, foi o período em que se deu início a Educação Especial, no caso destinado para pessoas cegas como relata Andrade:

Nesta época tinha chegado de Paris o jovem cego José Alves de Azevedo, que fora aprender a ler e escrever no método Braille, e sabendo por intermédio de amigos que a filha do Dr. José Xavier, médico da corte, também era cega, imediatamente se prontificou a ensiná-la a ler e escrever no método que tinha aprendido. Entusiasmado com o progresso da filha, o médico levou-a a presença de D. Pedro, para que a menina lesse para ele. D. Pedro impressionado com o que tinha presenciado decidiu, por meio do Decreto Imperial n. 1428, fundar na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atualmente chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC). (2007, p.20)

A partir desse momento histórico, deu-se início a uma visão diferenciada pela sociedade, que através de iniciativas oficiais e particulares começaram a trabalhar na tentativa de alcançar os deficientes. Assim como a criação do Instituto Nacional de Surdos-mudos fundada em 1856, que mais tarde recebeu o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

A sociedade civil começou a organizar-se em associações, através de pessoas preocupadas com a escolarização das pessoas com necessidades educacionais especiais. Quanto ao governo foram criadas algumas escolas junto a hospitais e ao ensino regular, com ações visando atender as peculiaridades desses alunos. A maioria dos brasileiros com necessidades educacionais especiais eram segregados em Instituições e Escolas Especiais, sem participação ativa na vida da sociedade e incapacitada para o efetivo exercício de sua cidadania.

A partir do século XX, começaram a surgir escolas para crianças com deficiências, buscando recuperar a autonomia e independência. Surgiram grandes nomes de teóricos e estudiosos interessados nesse campo de pesquisa contribuindo de forma significativa para melhoria na qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais. De acordo com Guebert:

Com a chegada do século XX, momento em que as pessoas com necessidades educativas especiais passaram a ser consideradas cidadãs com direitos e deveres. Isso foi expresso por intermédio dos variados documentos que surgiram, sendo o primeiro deles de 1948, no qual se torna pública a Declaração Universal dos Direitos Humanos (2010, p.30).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada em uma Assembleia

das Nações Unidas em 1948, e o Brasil como membro da Organização das Nações Unidas (ONU) adota as políticas públicas contidas nesses documentos, na qual destaca a igualdade de todos os cidadãos sem nenhuma distinção de gênero, raça, credo e outros.

Em 1994 na Espanha, na cidade de Salamanca num encontro com representantes de vários países, incluindo o Brasil foi tratado o tema: Direitos de igualdades das pessoas deficientes, na qual se elaborou um compromisso, visando garantir os direitos educacionais para pessoas com necessidades educacionais especiais. Defendendo que o princípio norteador da escola deve ser o de propiciar uma educação igualitária a todas as crianças, atendendo a demanda das mesmas.

Esses encontros mencionados, assim como tantos outros que aconteceram e acontecem até hoje, tratam de pautas ligadas diretamente com a visão de garantir acessibilidade e qualidade nas ofertas de vagas na educação, não só de crianças como também dos jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

Reverendo essa trajetória histórica percebemos muitos avanços no tratamento ofertado as pessoas com necessidades educacionais especiais, pois em todo Brasil temos conhecimento da construção de vários centros voltados a atender os deficientes naquilo que eles necessitam para adquirir autonomia no cotidiano. Sabemos que muitas melhorias ainda precisam ser feitas para atingir mais pessoas, porém percebemos uma mudança, um amadurecimento da sociedade com relação à pessoa com deficiência, prova disso é o presente trabalho e os estudos realizados por uma gama de estudiosos sobre o assunto.

## **1.2. Caracterizando as necessidades especiais**

Compreender os conceitos e o modo como são concebidos pela sociedade são essenciais para o esclarecimento e compreensão sobre os assuntos a serem debatidos. Assim entender torna-se importante, para que se possa discutir e desenvolver de forma eficaz o que se pretende:

Os conceitos são fundamentais para o entendimento das práticas sociais. Eles moldam nossas ações. E nos permitem analisar nossos programas, serviços e políticas sociais, pois os conceitos acompanham a evolução de certos valores éticos inclusivistas para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de deficiência e qualquer outro atributo pessoal. (SASSAKI, 2010, p.27)

A partir do momento que a sociedade se conscientiza daquilo que pretende buscar, o acesso a políticas públicas destinadas a essas pessoas com delimitações variadas, se fortalece e somos capacitados a buscar melhorias para intervir satisfatoriamente.

Contudo, é preciso compreender que as necessidades educacionais especiais englobam uma série de especificidades que estão divididas em deficiência física, intelectual, auditiva e visual; deficiência múltipla; altas habilidades ou superdotação.

A deficiência física é denominada como “a perda ou redução da capacidade de movimento de qualquer parte do corpo” (GLAT, 2009, p.137), ou seja, qualquer comprometimento locomotor de grau variável ou definitivo que afeta uma pessoa.

A deficiência intelectual tem se mostrado com uma definição um tanto complexa conforme coloca Glat *apud* Magalhães:

Alunos com deficiência intelectual apresentam um padrão diferenciado de desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor; possuem uma diferença nos processos evolutivos de personalidade; têm dificuldades na capacidade de aprender, na constituição de sua autonomia e nos processos de relação com o mundo, pois sua forma de organização apresenta-se de maneira qualitativamente diferente de seus pares da mesma idade, o que lhe faz peculiar em sua forma de perceber o estar no mundo. (2000, p.3)

Uma deficiência complexa, pois possui uma gama de características e uma grande variação de consequências que limitam a execução de determinadas atividades pela pessoa com deficiência intelectual.

A deficiência auditiva atualmente recebe dois tipos de definições que são deficiência auditiva e surdez como bem explica Honora e Frizanco:

Deficiência auditiva: é quando alguma das estruturas da orelha apresenta uma alteração, ocasionando uma diminuição da capacidade de perceber o som. Geralmente o deficiente auditivo se comunica pela fala e apresenta uma perda auditiva de grau leve ou moderado;

Surdez: também é ocasionada por alguma alteração nas estruturas da orelha, ocasionando uma incapacidade em perceber o som. Geralmente o surdo se comunica através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e apresenta uma perda auditiva de grau severo ou profundo. (2009, p.25)

A deficiência auditiva e a surdez apresentam atributos bem distintos, todavia ambas causam uma restrição para o desenvolvimento do indivíduo, requerendo atenção específica.

A deficiência visual é caracterizada por duas definições que são a cegueira e baixa visão. A cegueira é caracterizada como “ausência total da visão, incluindo a perda da capacidade de indicar a projeção de luz.” A baixa visão se caracteriza pela “perda severa da visão, não corrigível através de tratamento clínico, cirúrgico, nem com uso de óculos convencionais.” (GLAT, 2009, p.120).

Deficiência múltipla “se caracteriza pela existência, concomitante, de dois ou mais

tipos de deficiência primária em uma pessoa”, sendo importante observar que a deficiência múltipla “não é a soma das deficiências e sim uma organização qualitativa” (GLAT, 2009, p.141). Podendo apresentar tipos e graus diferentes de limitações.

Altas habilidades ou superdotação referem-se ao notável e elevado desempenho na aprendizagem assim como é colocado por Glat *apud* Secretaria de Educação Especial do MEC:

Altas habilidades referem-se aos comportamentos observados e/ou relatados que confirmam a expressão de ‘traços consistentemente superiores’ em relação a uma média (por exemplo: idade, produção ou série escolar) em qualquer campo do saber ou do fazer. Deve-se entender por ‘traços’ as formas consistentes, ou seja, aquelas que permanecem com frequência e duração no repertório dos comportamentos da pessoa, de forma a poderem ser registradas em épocas diferentes e situações semelhantes. (BRASIL, 1995, p.13)

Conhecer as variadas deficiências faz-se necessário para que a sociedade tome conhecimento das peculiaridades de cada uma delas, adquirindo uma postura consciente o que traz a responsabilidade que todos temos de buscar melhorias na convivência e acessibilidade a serviços e lazer como qualquer cidadão independente de sua condição física ou intelectual. Para que a inclusão aconteça de fato como coloca Sasaki “a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência”. (2010, p.39). É um processo que a sociedade no geral precisa se adequar para receber essas crianças, independente de suas limitações e não o contrário algo que faz com que essas pessoas não se sintam no direito de participar ativamente da sociedade, sendo conhecedoras de seus direitos e deveres.

Direitos esses, conquistados após vários anos de negligência da sociedade e que hoje são garantidos legalmente conforme estaremos tratando abaixo, pois conhecer os aspectos legais da inclusão possibilita sua aplicabilidade e a busca pela conquista do que a lei ainda não contempla. No que diz respeito ao atendimento para as pessoas com necessidades especiais, faz-se “cada vez mais necessárias as leis de caráter inclusivista, caminho ideal para que todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam sentir que realmente pertencem à sociedade, com oportunidades iguais de participação como cidadãos de cada país.” (SASSAKI, 2010, p.159).

### **1.3.Os aspectos legais que asseguram os direitos das pessoas com NEE**

Os tratados e convenções internacionais foram importantes para que o Brasil estabelecesse legislação abrangente para alcançar e viabilizar a inclusão das pessoas com

necessidades educacionais especiais. Assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, Declaração de Salamanca em 1994 e a Convenção de Guatemala em 1999 foram essenciais para que o Brasil elaborasse dispositivos legais que orientam as políticas públicas e as práticas sociais de inclusão.

Os alunos com necessidades educacionais especiais têm seus direitos resguardados pela Constituição Federal de 1988:

Art.208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
III-atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art.227- II-§1º - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (BRASIL, 1988)

Com base na Constituição Federal, outras leis e resoluções foram criadas e aprovadas, com intuito de facilitar sua aplicabilidade e alcançar diversas áreas principalmente para atender as especificidades educacionais como a lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art.59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I-Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades;

II-Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III-Professores de especialização adequada em nível médio, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996)

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi criada uma resolução importante que trata diretamente do tema que são as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução – CNE/CEB nº 2/11/2001:

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo censo escolar e pelo censo demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade de processo formativo desses alunos.

Art.3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais

comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001)

Essa resolução traz um conjunto de recursos e serviços, a fim de favorecer o ingresso educacional a todos os alunos independente de qualquer limitação. Esclarecendo que, a Educação Especial, como modalidade da educação escolar, perpassa inteiramente todos os níveis de ensino desde a educação infantil ao ensino superior.

Como estamos tratando de alunos com necessidades educacionais especiais é importante conhecer como a legislação define esse conceito, que de acordo com a resolução nº 2, de 11 de Setembro de 2001 de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001)

É importante conhecer as leis que resguardam e garantem os direitos de todos os cidadãos que integram a sociedade, e a forma como ela trata as pessoas com necessidades educacionais especiais. Leis essas fundamentais para facilitar o acesso dessas pessoas a qualquer órgão ou instituição da sociedade, inclusive a uma educação de qualidade.

Ressaltando que existe uma gama de legislação muito bem elaborada, a fim de viabilizar a inclusão. Conhecer as necessidades educacionais especiais e como elas são concebidas é essencial para que o professor em sala de aula possa trabalhar de forma a fazer com que esses alunos sejam alfabetizados tendo suas peculiaridades respeitadas e compreendidas durante o processo de ensino aprendizagem.

#### **1.4. A educação inclusiva: aos cuidados das instituições**

Ao tratarmos das instituições, que estão diretamente ligadas a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, precisamos esclarecer que por muito tempo os cuidados com esses alunos ficou a cargo de instituições segregadoras, que com a passar do tempo foram sofrendo transformações e influências sociais, através de estudos, luta e a

sensibilização da sociedade ao assumir um olhar diferenciado para com os alunos com NEE.

Algumas Organizações não governamentais passaram a atuar, com intenção de proporcionar educação e a integração de alunos com necessidades educacionais especiais. Instituições que até hoje realizam atendimento especializado por todo Brasil, visando autonomia e independência como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A instituição escolar também passou por um processo de mudança para atender alunos com NEE na escola de ensino regular:

Esse processo vem se acelerando, a partir dos anos 90, com o reconhecimento da Educação inclusiva como diretriz educacional prioritária na maioria dos países, entre eles o Brasil. A política de educação inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e sistemas escolares de cada país com a qualificação de todas as crianças e jovens no que se refere aos conteúdos, conceitos, valores e experiências materializados no processo de ensino-aprendizagem escolar, tendo como pressuposto o reconhecimento das diferenças individuais de qualquer origem. O princípio básico deste modelo é que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender as suas necessidades, pois se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, e, como consequência, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (GLAT, 2009, p. 16)

É notório o papel importante que a instituição escolar exerce na sociedade e consequentemente na vida do aluno, pois a ela é colocada a competência em proporcionar ao educando a aquisição de conhecimentos ligados a aprendizagem e seu desenvolvimento integral, bem como conhecedor de seus direitos e deveres como cidadão participante do meio social do qual é parte.

A educação possui uma série de responsabilidades, pois, a ela é colocado o papel de auxiliar no desenvolvimento integral do aluno. Filosoficamente a educação especial está pautada na declaração Universal dos Direitos Humanos que garante educação a todos independentemente de qualquer circunstância. Esse documento possibilitou discussões relacionadas ao processo de inclusão. Sob esse aspecto na Declaração de Salamanca define que:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devam aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer às necessidades diversas dos seus alunos, adaptando aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (1994)

A educação inclusiva é caracterizada como um princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a diversidade no ambiente escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com necessidades educacionais especiais das mais diversas, sempre com suas peculiaridades sendo respeitadas:

Necessidades educacionais especiais são, finalmente, apresentadas pelos alunos com diferenças qualitativas no desenvolvimento com origem nas deficiências físicas, motoras sensoriais e/ou cognitivas, distúrbios psicológicos e/ou de comportamento (condutas típicas), e com altas habilidades.

Embora esses termos sejam muitas vezes utilizados como sinônimos é importante frisar que necessidades educacionais especiais, não é o mesmo que deficiência. O conceito de deficiência se reporta as condições orgânicas do indivíduo, que podem resultar em uma necessidade educacional especial, porém não obrigatoriamente. O conceito de necessidade educacional especial, por sua vez está intimamente relacionado a integração do aluno a proposta ou realidade educativa com a qual ele se depara. (GLAT, 2009, p.26)

A autora nos traz contribuições importantes, esclarecendo que não se trata de uma característica homogênea e sim com condição diferenciada em cada indivíduo. A integração do aluno com NEE no ensino regular é fundamental para a tomada de consciência da grande demanda em números estimados de pessoas com necessidades educacionais especiais:

Estimativas feitas por órgãos internacionais, como OMS – Organização Mundial de Saúde -, apontam que 10% (dez por cento) da população mundial é portadora de qualquer tipo de deficiência, levando-se em consideração que países considerados em desenvolvimento podem ter esses índices acrescidos pelas dificuldades ligadas a saúde, educação e saneamento básico.

Analisando a situação de alguns países, como no caso do Brasil, além dos itens citados pela OMS, temos os altos índices de violência criminal, de acidentes de trânsito, de trabalho e outros, gerando, a cada dia, um maior número de indivíduos com deficiência adquirida. (PEREIRA e NASCIMENTO, 2006, p.61)

Diante dessas colocações vê-se a urgência com que, a escola precisa rever sua organização estrutural e práticas de ensino, pois estamos diante de demandas educacionais muito peculiares. A inclusão na escola de ensino regular dos alunos com necessidades educacionais especiais, requer uma postura diferenciada frente a demanda educacional inclusiva:

A inclusão não prevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem. Os alunos aprendem nos seus limites, e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas

gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados. (MANTOAN, 2006, p.47)

A escola precisa repensar suas práticas educativas, com propósito de atender as especificidades dos educandos, e assim perceber que a forma de ensino muda com o passar do tempo, e que diferentes técnicas e estratégias precisam estar presentes em seu currículo. Como estamos tratando da posição da escola frente às demandas educacionais variadas o currículo da escola não pode ficar de fora, porém, precisamos entender o conceito de currículo que é bem definido como:

[...] o conjunto dos pressupostos de partida, das metas que se desejam alcançar e dos passos que se dão para as alcançar; é o conjunto dos conhecimentos, habilidades, atitudes, etc., que são considerados importantes para serem trabalhados na escola, ano após ano. É supostamente, é a razão de cada uma dessas opções. (ZABALZA (1992) apud GLAT, 2009, p.37)

De acordo com o pensamento da autora, o currículo se caracteriza como um conjunto de ações que a escola desenvolverá, no intuito de oportunizar a aprendizagem dos alunos. Receber e atender alunos com necessidades educacionais especiais precisa fazer parte do currículo, pois esses alunos têm seus direitos garantidos, e precisam ser respeitados como pessoas com capacidades díspares, pois sabemos que ninguém aprende do mesmo jeito e ao mesmo tempo, pois “o sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno.” (MANTOAN, 2006, p.49)

É uma mudança necessária para que a escola realmente se torne inclusiva na prática educacional, atendendo as especificidades dos alunos o que pode ser feito por meio de adaptações curriculares “modificações realizadas no planejamento, nos objetivos da escola, nos conteúdos, nas atividades, nas estratégias de aplicação desse conteúdo e de avaliação, no currículo como um todo ou em aspectos dele.” (GLAT, 2009, p.45)

Uma iniciativa de mudança que precisa ser adotada, por uma escola que preze pela inclusão de todos, independente de sua limitação física ou intelectual, proporcionando acessibilidade os alunos terão autonomia na realização de atividades planejadas para o ambiente escolar:

A inclusão necessita de ações eficazes que garantam os desenvolvimentos intelectual, social, afetivo e profissional da clientela a qual se destina. Para tanto, faz-se necessário subsidia-lo com uma filosofia que inter-relacione as situações existentes com os ideais necessários, de modo que, qualitativamente, compreenda a diversidade nos diferentes serviços educacionais existentes, seja no ensino regular, seja no especial. (GUEBERT, 2010, p. 17)

Dessa forma, todas as crianças independente da NEE que possua tem direito a alfabetização, pois a educação permite a essas pessoas ter acesso a tudo que é disponibilizado a todos. O que proporciona a interação de todos os alunos envolvidos no processo de alfabetização, melhorando sua participação na sociedade que ainda é resistente a esse processo de mudança.

Ressaltando que, a Constituição Brasileira de 1988 em seu art.205: “A educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” O que garante o acesso ao ensino regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção e sem discriminação.

E ainda no Brasil, existe a SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que é responsável pela coordenação, implementação, supervisão e fomentação da Política Nacional de Educação Especial. Tendo como função identificar oportunidades, estimular iniciativas, gerar alternativas e apoiar negociações que apontem o melhor caminho para o atendimento educacional às pessoas com necessidades educacionais especiais, garantindo, assim a sua inclusão escolar e social.

A inclusão escolar ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência das pessoas.

Esse processo de inclusão educacional visa atingir a todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, proporcionando acesso a educação, dessa forma cabe a escola se reorganizar, repensando suas práticas para incluir qualquer pessoa independentemente de sua dificuldade:

A escola com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de pessoas com necessidades educativas especiais precisa delinear uma conduta filosófica que responda ao desenvolvimento pleno do indivíduo. Nesse sentido, a concepção inclusiva (transformadora) valoriza a pessoa com necessidades educativas especiais enquanto um ser humano normal dotado de sentimentos, de desejos e de elaborações mentais. Sob essa perspectiva, a limitação passa a ser vista como uma das características do indivíduo e jamais como referência de quem ele é, pois a deficiência é uma característica da pessoa, sendo considerada parte dela, e não que pessoa seja a sua deficiência. (GUEBERT, 2010, p.33)

A escola não necessita buscar no aluno a origem do problema, o que causou a deficiência e sim identificar a forma com que os alunos aprendem, intervindo com recursos pedagógicos e diferentes estratégias, ajustando-se para atender a diversidade dos alunos, considerando a condição individual de cada um. Podemos notar muitos avanços no âmbito da

educação, porém nos questionamos como as escolas tem se preparado para realizar a inclusão? O avanço na legislação que garante o acesso desse aluno está sendo respeitado? São questões que a princípio não temos como responder. Porém acreditamos ainda haver uma resistência por parte da escola e dos professores em receber esses alunos muitas vezes por se verem em uma situação de abandono ou incapacidade.

A princípio sabemos que ainda existem muitas barreiras a serem derrubadas, a fim de que esses alunos possam se sentir participantes ativos no processo de alfabetização, porém nosso papel é buscar meios de traspor essas barreiras, em busca de uma escola inclusiva e de qualidade:

Em suma: as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, os alunos são orientados a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim bem concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma. (MANTOAN, 2006, p.45)

O caminho a ser percorrido por nosso sistema educacional é árduo, pois sabemos que muitas mudanças precisam ocorrer para atingirmos um patamar elevado de qualidade, através da junção do poder público com gestores e professores, todos comprometidos verdadeiramente com uma educação de qualidade que valorize o aluno, assim com certeza avançaremos em proporcionar aos alunos com necessidades educacionais especiais um processo de ensino aprendizagem comprometido com a inclusão.

### **1.5. O ambiente escolar e o preparo do alfabetizador**

A escola possui um lugar de destaque no processo de ensino aprendizagem do educando, um espaço que auxilia na formação de um cidadão crítico e pensante sobre suas práticas no cotidiano. Com aplicação de conteúdos significativos e contextualizados, proporcionando ao educando uma formação integral satisfatória com aplicação de metodologias, que alcance a todos os alunos, independente de suas necessidades educacionais especiais. Podemos ver que Goffredo apud Trevisan e Carregari, assim se expressa com relação ao que estamos expondo:

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, moral e social dos alunos com necessidades educacionais especiais [...]. Mas, para que isso aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educacionais especiais seja um sujeito eficiente, capaz, produtivo e principalmente, apto a aprender a aprender. (2011, p.143)

O ambiente escolar é o espaço no qual o desenvolvimento do aluno acontece ou deveria acontecer. É essencialmente importante que o local de alfabetização esteja preparado para receber alunos com necessidades educacionais especiais, pois somente o discurso de inclusão não basta. A escola precisa estar preparada e equipada com materiais que possam dar sustentação ao trabalho que o professor desenvolverá durante o processo de ensino aprendizagem.

O Referencial Curricular da Educação Infantil nos traz importantes colocações sobre a aprendizagem e a convivência no ambiente escolar:

Uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente deve, necessariamente, promover o convívio com a diversidade, que é marca da vida social brasileira. Essa diversidade inclui não somente as diversas culturas, os hábitos, os costumes, mas também as competências, as particularidades de cada um. Aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que possuem habilidades e competências diferentes, que possuem expressões culturais e marcas sociais próprias, é condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, como a dignidade do ser humano, o respeito ao outro, a igualdade e a equidade e a solidariedade. A criança que conviver com a diversidade nas instituições educativas, poderá aprender muito com ela. Pelo lado das crianças que apresentam necessidades especiais, o convívio com as outras crianças se torna benéfico na medida em que representa uma inserção de fato no universo social e favorece o desenvolvimento e a aprendizagem, permitindo a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade. (BRASIL, 1998, p. 35)

As transformações na sociedade têm acarretado grandes mudanças em nosso cotidiano, principalmente no âmbito escolar, onde acontecem os grandes encontros, a troca de experiências, as discussões e interações entre os alunos e professores. O ambiente escolar é um local no qual podemos encontrar uma variedade de pensamentos e culturas diversificadas:

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e institui os alunos. Afinal de contas, aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos; implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos. (MANTOAN, 2006, p. 15)

O ambiente escolar deve favorecer o processo educacional, adequando seu currículo para alcançar esse aluno de forma que sua aprendizagem aconteça satisfatoriamente e que o

próprio aluno se sinta parte desse processo, tornando-se uma escola que se preocupa com a aprendizagem do aluno, uma escola inclusiva:

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização e seu projeto-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social. (GLAT, 2006, p.16)

Com relação as colocações feitas pela autora, a legislação por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituiu diretrizes nacionais para a educação básica com a Resolução N° 2/2001:

Art. 12. Os sistemas de ensino, nos termos da lei 10.098/2000 e da lei 10.172/2001, devem assegurar acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação - incluindo instalações, equipamentos e mobiliário - e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

§ 1º Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito a acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condiciona a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos.

§ 2º Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidades aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes a às sua famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso. (BRASIL, 2001)

A legislação traz um amparo legal para as modificações que as escolas precisam realizar para que o acesso ao ambiente escolar se torne possível e acessível a todos os alunos, assim como estabelece a Lei nº 10.098/2000,

Art. 2. I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Art. 23. A administração Pública federal direta ou indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no *caput* deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro anos de vigência desta Lei:

Art. 24. O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas

à população em geral, com a finalidade de conscientiza-la e sensibiliza-la quanto à acessibilidade e a à integração social da pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000)

Existe todo um suporte legal para que as modificações necessárias sejam realizadas no ambiente escolar, porém precisa-se fazer notória, e também conhecida pela administração escolar, pois a legislação fornece todo suporte, indicando meios para que se façam tais mudanças. Dessa forma as escolas com sua administração necessita estabelecer meios para realizar cobranças ao poder público, a fim de alcançar as melhorias de acessibilidade dispostas na Lei. Sabemos que não se trata de uma mudança imediata, devido a questões burocráticas, mas que precisam começar a se estabelecer em algum momento. A esse respeito, nos acrescenta Cury apud Trevisan e Carregari:

[...] a ligação entre o direito à educação escolar e a democracia terá a legislação como um de seus suportes e invocará o Estado como provedor desse bem, seja para garantir a igualdade de oportunidade, seja para, uma vez mantido esse objeto, intervir no domínio das desigualdades, que nascem do conflito da distribuição capitalista da riqueza, e progressivamente reduzir a desigualdades. (2011, p.79)

Essas mudanças fornecem benefícios para a inclusão de todos, pois proporciona um aprendizado sobre a diversidade dentro do ambiente escolar, estimulando o debate inclusivista e o respeito às diferentes formas de aprender e ensinar, integrando todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Para alcançarmos essas mudanças arquitetônicas e metodológicas, professores, gestores e apoio pedagógico possuem um papel fundamental na busca pela acessibilidade e interação dos alunos com necessidades educacionais especiais não só no período destinado a alfabetização, mas em toda vida escolar dos alunos.

Os gestores das escolas carecem agir de modo a garantir o direito das crianças com necessidades educacionais especiais dentro do ambiente escolar, estando ciente dos recursos existentes e dos meios disponíveis para acessá-los, suscitando mudanças no ambiente escolar e no sistema educacional:

A gestão é, pois a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos. [...] A direção é princípio e atributo da gestão, por meio da qual é canalizado o trabalho conjunto das pessoas orientando-as e integrando-as no rumo dos objetivos. Basicamente, a direção põe em ação o processo de tomada de decisões na organização e coordena os trabalhos, de modo que sejam realizados da melhor forma possível. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2007, p.318)

Considerando as colocações feitas pelos autores, não temos dúvida da grande

responsabilidade imputada à gestão/direção escolar, que precisa estar ciente das diretrizes que regem a educação inclusiva, a fim de gerar mudanças necessárias no sistema educacional, comprometido em melhorias no atendimento a todos os alunos. Precisa estar atento aos acontecimentos do cotidiano, para assim juntamente com o corpo docente, trabalhar em prol de receber no ambiente escolar as crianças com NEE de maneira satisfatória com um ambiente realmente inclusivo e sem discriminação.

O apoio pedagógico, assim como a gestão/direção também possui uma função essencial no ambiente escolar:

O coordenador pedagógico ou professor-coordenador coordena, acompanha, assessora, apoia e avalia as atividades pedagógico-curriculares. Sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas, no que diz respeito ao trabalho interativo com os alunos. [...] Outra atribuição do coordenador pedagógico é o relacionamento com os pais e com a comunidade, especialmente no que se refere ao funcionamento pedagógico-curricular e didático da escola, à comunicação das avaliações dos alunos e a interpretação feita delas. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2007, p.342)

Assim o apoio pedagógico possui a função de oferecer suporte ao trabalho do professor durante o processo de inclusão e alfabetização das crianças com necessidades educacionais especiais, juntamente com os professores, fornecendo amparo pedagógico as questões concernentes ao ensino aprendizagem dos educandos.

Os professores necessitam ser capacitados, para lidar com essas mudanças no ambiente escolar, precisam de preparo constante para lidar com o processo de alfabetização das crianças com necessidades educacionais especiais, com materiais de apoio para uso em sala de aula e o preparo do professor:

Deve acontecer de forma contínua, priorizando o desejo do profissional em desenvolver um trabalho com os alunos, sabendo de suas limitações no processo e aprendizagem e considerando as questões sociais e emocionais que impedem a ele dar uma resposta a curto prazo. Outro aspecto fundamental é a busca de informações que irão subsidiar a prática pedagógica, acreditando que, enquanto profissional da educação, temos a capacidade de ensinar e que os alunos têm potencialidades para aprender. (GUEBERT, 2010, p.34 e35).

O que faz com que o alfabetizador esteja sempre buscando conhecimento para aprimorar sua prática. Apesar de muitos ainda receberem essas crianças com certos receios em não saber lidar com a situação, esquecendo que todos os alunos são diferentes em suas formas de aprendizagem, assim como:

Estudos realizados demonstram que os professores do ensino regular não possuem preparo para trabalhar com crianças que apresentam deficiências evidentes, e por outro lado, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular... Essa visão é consequência da falta de curso de formação e capacitação de professores que instrumentalize sua prática pedagógica para atender as distintas formas de aprendizagem de seu aluno. (ANDRADE, 2007, p.49)

A preocupação em auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais em suas atividades, e atenção específica de acordo a necessidade de cada aluno em particular é essencial na prática do professor. Uma característica considerada fundamental no processo de ensino e aprendizagem no que diz respeito a prática do professor em sala de aula como facilitador:

[...] o comportamento, do professor que se coloca como facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem não uma ponte estática, mas uma ponte 'rolante', que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos. (MASETTO, 2001, p.144)

Perante essa afirmação entendemos que o professor necessita refletir antes, durante e depois sobre a prática em sala de aula, a fim de alcançar os alunos de modo a identificar e intervir nas dificuldades apresentadas, aflorando a curiosidade dos alunos para assim tornar sua prática significativa e contextualizada. Sendo que no ambiente escolar, principalmente em sala de aula o professor assume o papel de mediador do conhecimento:

[...] o educador é um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. Ele precisa construir conhecimento a partir do que faz e, para isso, também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. (GADOTTI, 2000, p. 9)

Através do professor, o aluno se apropria de variadas formas de expressão e representação, e passa a utilizá-las como instrumento de intervenção na realidade, assim cabe ao professor rever seus conceitos relacionados a este processo e se inteirarem da relevância de seu papel social na formação do educando, para isso o professor precisa investir em sua formação, pois:

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. (PAULON, 2005, p.21)

Sendo assim a escola juntamente com o professor podem possibilitar essa interação

de forma espontânea e colaborativa no ambiente escolar. Pois através das interações a troca de conhecimento aumenta, a produção de cultura também acontece aspectos importantes no desenvolvimento de todo ser humano independente da necessidade educacional especial que possa apresentar, precisamos constantemente buscar estratégias para consolidar a inclusão no ambiente escolar.

O professor é chave fundamental no processo de ensino aprendizagem dos seus alunos e o seu preparo precisa receber toda atenção, pois as configurações no âmbito da educação estão sempre com novidades em pesquisa sobre métodos e metodologias que auxiliam seu trabalho:

Os encaminhamentos metodológicos são fundamentais para garantir esse processo de aprendizagem, oportunizando a busca por recursos físicos, teóricos, estratégias criativas e métodos alternativos para ensinar, de modo a organizar atividades, a introduzir ou eliminar recursos e conteúdos específicos para viabilizar e efetivar o currículo, suprimindo as necessidades dos alunos. (GUEBERT, 2010, p.35)

É importante mencionar que o professor necessita está sempre em busca de novas formas didáticas e metodológicas de beneficiar a aprendizagem do aluno em sua formação integral, processo que precisa ser direcionado e conduzido através de uma organização partilhada e planejada por professores, gestores e apoio pedagógico, pois todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem são responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos.

## **1.6. Alunos com necessidades educacionais especiais frente ao acompanhamento do cuidador**

Muitos avanços vêm acontecendo em torno da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular, na qual destacamos uma conquista bem recente, que é o direito a presença de um cuidador em sala de aula.

Assegurado pela legislação que especifica a função do cuidador, conforme o Art.1º O art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

§4º Ao educando com deficiência será assegurada a assistência de cuidador, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino.

§5º A ocupação de cuidador escolar caracteriza-se pelo serviço de auxílio prestado, no âmbito de instituição de ensino, a educandos com deficiência, considerada assim qualquer limitação, ainda que temporária, que os impeça de realizar tarefas básicas na vida diária. (BRASIL, 1996)

Um ganho no que diz respeito, aos alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar que podem contar com um acompanhamento mais próximo. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (MEC/SECADI, p.11)

É uma política pública de inclusão importante, pois receber um acompanhamento, através de um trabalho conjunto com o professor titular da classe, proporciona um aproveitamento maior do aluno com necessidades educacionais especiais durante o processo de alfabetização.

Em se tratando do processo de alfabetização, atualmente no Brasil o sistema educacional está organizado em ciclos, na qual é destinado para o período de alfabetização o I ciclo, com o 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental, com objetivo de promover uma nova abordagem metodológica, na qual o aluno dispõe de três anos para ser alfabetizado de forma gradativa. Essa mudança está pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Art. 23 enfatiza que a educação básica poderá organizar-se em series anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos e grupos não-seriados.

O cuidador poderá auxiliar o aluno e o professor, a fim de, amenizar as dificuldades que poderão surgir no dia-a-dia, proporcionando à criança oportunidade de desenvolver suas capacidades e habilidades.

O cuidador assim como o professor também possui uma responsabilidade durante o processo de ensino aprendizagem, pois os alunos com NEE, requer uma atenção mais aguçada no intuito de ampliar a convivência social com as outras crianças presentes no ambiente escolar. Porém esse acompanhamento precisa ser observado pelo professor e pela escola, pois a intenção é de auxiliar no desenvolvimento do aluno, sem privá-lo de participar das propostas em sala de aula.

Outro ponto também seria buscar compreender como o professor se relaciona com o cuidador na orientação das atividades realizadas com os alunos com necessidades educacionais especiais. O professor precisa estar atento ao que acontece na sala de aula, pois o responsável pelo desenvolvimento dos alunos está a cargo do mesmo e o cuidador precisa

estabelecer um bom relacionamento com o professor na tentativa que o aluno avance nas atividades desenvolvidas pela turma.

Ainda se sabe pouco sobre qual é realmente o papel assumido pelo cuidador e como se daria sua presença na sala de aula com relação a aprendizagem do aluno que esse profissional acompanha, pois como se trata de uma medida recente, pouco se sabe como tem se desenvolvido o trabalho dos cuidadores no ambiente escolar.

## CAPÍTULO II - METODOLOGIA

A metodologia é uma das partes integrante de um projeto de pesquisa “se configura nos passos por onde o pesquisador deve caminhar para orientar a condução da investigação” (SILVA, 2006). Dessa forma a metodologia se constitui como fundamental para viabilizar o direcionamento da pesquisa.

A metodologia é de suma importância na realização da pesquisa por possibilitar uma análise mais abrangente ao trabalho. Dessa forma a mesma proporciona ao trabalho um apuramento mais detalhado e completo, o que dará mais credibilidade e consistência ao passo a passo que foi realizado, no levantamento das questões a serem verificadas, validando o conhecimento proposto pela pesquisa.

Esse estudo foi realizado na Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade, situada na Avenida da Amizade s/n, zona urbana do município de Tabatinga, Estado do Amazonas, tendo como foco de estudo o corpo docente, professores e apoio pedagógico. O contato com a escola foi estabelecido através de uma visita com carta de apresentação da Universidade do Estado do Amazonas, com objetivo de realizar a pesquisa nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, destinado ao período de alfabetização, a fim de pesquisar as metodologias utilizadas na alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais.

Este trabalho segue a linha de pesquisa em Educação Especial e Inclusão. “Uma linha de pesquisa constitui-se a partir de uma temática não muito ampla, mas que comporte, com flexibilidade, subtemas ligados ao mesmo referencial teórico.” (SILVA, 2005, p.28).

Foi realizado um levantamento bibliográfico, a fim de se conhecer as produções literárias sobre o tema. Para se realizar a mesma optou-se pelo estudo de campo, com caráter descritivo por meio da coleta de dados, utilizando os instrumentos de pesquisa: a observação em sala de aula, e a aplicação de questionário aos professores, cuidador e apoio pedagógico. Para no final realizarmos a análise e interpretação dos dados colhidos no decorrer da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é um elemento importante, pois, trata-se de materiais já publicados com relação ao assunto analisado, sendo assim utilizado como base teórica na elaboração e aplicação do projeto:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses. Material cartográfico etc. [...] Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, [...] (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183)

Constituindo-se como parte essencial para a realização de um trabalho, organizado e embasado em estudos importantes publicados para auxiliar no entendimento de questões pertinentes aos métodos e metodologias utilizados na alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais.

O estudo de campo, ou pesquisa de campo, possibilitou estar presente no ambiente onde a pesquisa foi realizada, na qual foi possível observar os acontecimentos cotidianos e refletir sobre o processo de desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais, tem acontecido no ambiente escolar:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.59)

Momento que se caracterizou por uma observação feita diretamente no ambiente da qual os pesquisados convivem diariamente. Está presente na realidade nos possibilitou fazer um levantamento mais detalhado dos acontecimentos, para mais adiante poder realizar uma análise mais detalhada junto ao material bibliográfico e as informações colhidas com o questionário.

Este trabalho segue uma abordagem qualitativa, pois é realizada no ambiente natural no qual os sujeitos envolvidos na pesquisa estão habituados a conviver, procurando sempre focar na problemática da pesquisa. A pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. [...] O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.70)

É encarada como uma atividade investigativa, uma oportunidade de reflexão da prática educacional no ambiente alfabetizador. Descrevendo como estão sendo aplicados na prática os métodos e metodologias na alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais.

A natureza desta pesquisa pode ser classificada como básica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve

verdades e interesses universais.” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.51). É baseada na busca pelo conhecimento, pelo saber.

Tendo em vista os objetivos a serem alcançados, trata-se de uma pesquisa descritiva. uma vez que:

[...] visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena os dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.52)

Pois está voltada para compreender como os professores e equipe escolar trabalham as metodologias na alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais, com base na perspectiva da inclusão.

Quanto às técnicas utilizadas para realização dessa pesquisa, a observação foi realizada e aplicação de questionário. A observação possibilitou acompanhar de perto os acontecimentos no ambiente escolar. Uma vez que através da mesma é possível realizar um levantamento dos acontecimentos naturais do cotidiano sem expressar claramente as intenções envolvidas no processo de execução do trabalho.

A observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzido. (GIL, 1987, p.104)

Tratando-se de uma observação presente na realidade estudada, com objetivo de ampliar o conhecimento relacionado ao ambiente e as pessoas envolvidas nesse processo, buscando possíveis respostas para o entendimento dos acontecimentos de acordo com a pesquisa. Observando o ambiente escolar num todo, e uma turma do segundo ano do ensino fundamental e a relação estabelecida entre alunos e professores.

Dessa forma foi possível descrever, por meio das observações realizadas como os alunos com necessidades educacionais especiais estão sendo incluídos no processo de alfabetização, relatando como os professores estão sendo preparados para atuar mediante o processo de inclusão em sala de aula. Esse tipo de pesquisa é caracterizada pelo fato do pesquisador não exercer nenhuma manipulação mediante os fatos ou fenômenos que estão sendo pesquisados.

Em contato com a direção da escola que nos recebeu através de uma carta de apresentação (**Anexo A**), foi possível concretizar a observação na sala de aula e ambiente escolar no todo, coletando dados através de aplicação de questionário. Através da aplicação do questionário foi possível, aproximar e compreender o posicionamento dos envolvidos na pesquisa, abrangendo as questões concernentes ao problema da pesquisa. Assim:

O questionário constitui hoje uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais. [...] pode se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.(GIL, 1987, p.24)

O questionário precisa ser objetivo, com instruções claras, a fim, de facilitar a análise das informações obtidas. O questionário aplicado possuía perguntas abertas e perguntas semifechadas, foi aplicado ao apoio pedagógico da escola, professores e cuidador do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental (**Apêndice A**).

A análise e interpretação dos dados ocorreu após a coleta das informações com um rigor científico, apresentando como base o levantamento bibliográfico exposto no referencial teórico, comparando e analisando as informações coletadas, a fim de, chegar a um esclarecimento dos fatos estudados. De tal modo:

A análise a interpretação desenvolvem-se a partir das evidências observadas, de acordo com a metodologia, com relações feitas, através do referencial teórico e complementadas com o posicionamento do pesquisador. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.112)

A análise dos dados procurou interpretar e descrever a visão dos professores, cuidador e apoio pedagógico com alicerce nas respostas obtidas na aplicação do questionário. Trata-se da descrição fiel as respostas obtidas com aplicação do questionário, as informações obtidas através da observação e o respaldo de teóricos que estudam ou estudaram a temática.

O público alvo da pesquisa foram: apoio pedagógico, alunos, cuidador e professores do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental da Escola Municipal professora Jociêdes Andrade.

### CAPÍTULO III- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esse capítulo tem por objetivo detalhar e organizar os dados coletados no transcurso da pesquisa realizada na Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade, sobre as metodologias utilizadas na alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais.

Os dados foram coletados através de questionários e observações realizadas em sala de aula. Os questionários foram aplicados ao apoio pedagógico da escola, a uma cuidadora e três professores que atuam diretamente nas turmas do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental, com perguntas semifechadas e perguntas abertas. A observação foi realizada em uma turma do segundo ano do ensino fundamental, com 25 alunos, incluindo um com necessidade educacional especial.

Durante a análise e discussão dos resultados, apresentados pela pesquisa, estaremos preservando a identidade dos participantes, por isso estaremos nos referindo aos mesmos de forma genérica.

**Quadro 1** – Informações sobre os entrevistados.

<b>Cargo</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo na qual exerce a profissão</b>
Apoio Pedagógico	Lic. Geografia/Esp.Ed. Infantil	9 anos
Cuidador	Pedagogia	1 ano
Professor 1	Pedagogia	9 anos
Professor 2	Normal Sup./Psicopedagogia	19 anos
Professor 3	Normal Sup./Psicopedagogia	17 anos

Fonte: Silva, 2017.

Ao analisar as informações contidas no quadro acima, percebe-se que o corpo docente da escola possui formação acadêmica para assumir o compromisso de educador no ambiente escolar. E que a maioria possui uma gama de conhecimentos e experiências devido ao tempo que exercem a profissão e sua formação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, define que os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam às necessidades destes educandos. (BRASIL, 1996)

Visualizando o quadro e o que diz a LDB mencionada, entende-se que o corpo docente possui uma formação de acordo com o preconizado para se atuar em sala de aula, sendo que a maioria tem alguma especialidade em sua formação.

**Quadro 2** – Você se considera capacitado (a) para atender alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe? E para o apoio pedagógico a mesma pergunta foi feita se ele considera os professores capacitados para atenderem alunos com necessidades educacionais em sua classe?

	<b>Respostas</b>	<b>Argumento</b>
Apoio Pedagógico	Não	“É importante mais capacitação para os professores”.
Cuidador	Não	“Não dão nenhuma orientação antes de conhecermos a criança com que vamos trabalhar.”
Professor 1, 2 e 3	Não	Não argumentaram

Fonte: Silva, 2017.

Como vimos no quadro 1 os professores possuem formação acadêmica, porém o quadro 2 nos revela que nenhum deles se considera capacitado para atender alunos com NEE em suas classes. Destacando que dois dos três professores possuem especialidade em psicopedagogia:

A psicopedagogia nasceu para atender à demanda da não aprendizagem, das dificuldades de aprendizagem e do fracasso escolar, fundamentando-se no conhecimento de várias ciências e áreas do conhecimento. Organizou-se como prática exercida por profissionais de diferentes áreas até o surgimento de cursos específicos. A junção de demanda, fundamentação teórica e prática originou essa nova área de conhecimento e essa nova profissão, inaugurando a área de atuação específica (GRASSI, 2009, p. 96).

A citação permite-nos entender que o pedagogo é de extrema relevância na educação inclusiva, seu foco está na preocupação com a aprendizagem humana. Dessa forma esse profissional deveria estar apto para lidar com o processo de inclusão, auxiliando os alunos com NEE em suas dificuldades no que se refere a aprendizagem. Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, faz menção a formação do professor e a inclusão:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns

dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26)

Conforme os dados colhidos, a escola pesquisada segue o que preconiza a legislação, com relação ao preparo do educador para atuar também com alunos que apresentem NEE, de acordo com os dados colhidos todos possuem qualificação acadêmica, formação para assumir responsabilidade de educador no ambiente escolar. Com bases nas respostas apresentadas, podemos nos remeter a Mantoan quando diz que:

A maioria dos professores ainda tem uma visão funcional do ensino. Esse profissional tem o falar, o copiar e o ditar como recursos didático-pedagógicos básicos. É um professor palestrante, identificado com a lógica de distribuição do ensino e que pratica a pedagogia unidirecional do “A para B e do A sobre B”, como afirmou Paulo Freire, nos idos de 1978. Esse é o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula. Tudo o que ameaça romper esse esquema é inicialmente rejeitado.

Inovações educacionais, como a inclusão, abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos professores em dada estrutura ou sistema de ensino, uma vez que atentam contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los. É uma mudança experimental pelos professores que ensinam para a turma toda. (2006, p. 52)

A autora nos auxilia na compreensão sobre, o porquê dos entrevistados não se considerarem capacitados, tendo em vista possuírem formação ligada diretamente a questões da aprendizagem do aluno. Mantoan expõe um pensamento que se aplica a realidade dessa pesquisa, constatada através da observação realizada. Os professores realmente estão presos a uma pedagogia unidirecional, pois apesar da maioria ter vários anos de experiência as práticas em sala de aula continuam as mesmas, sem considerar as especificidades dos alunos em aprender. Especificidades essas que precisam ser consideradas no processo de alfabetização, o professor precisa compreender como seu aluno aprende, para assim auxiliar no seu desenvolvimento escolar.

Quanto ao espaço disposto pela escola questionamos: Você considera o espaço escolar preparado para o processo de inclusão dos alunos com necessidade educacional especial adequado?

Todos responderam “não”, somente o cuidador argumentou “porque não tem um espaço adequado para troca de fraldas ou até mesmo para que a criança possa descansar, como por exemplo, uma sala de recursos”. Conforme essa resposta, podemos verificar uma, das muitas dificuldades apresentadas no ambiente escolar, impossibilitam a realização de outras atividades que poderiam auxiliar no desenvolvimento dos alunos com NEE.

De acordo com o observado a estrutura da escola no que diz respeito à inclusão, tem deixado a desejar, pois em vários espaços do ambiente escolar existem desníveis consideráveis do piso. Um dos espaços observados foi o acesso a quadra esportiva da escola que impossibilita o acesso principalmente de um cadeirante, pois existem desníveis e grades de escoamento de água que acabam atrapalhando a livre circulação dos alunos. Existe um banheiro destinado aos deficientes, porém a porta de acesso é muito estreita o que também não permite o acesso de um cadeirante por exemplo. Apesar de a legislação brasileira preconizar mudanças arquitetônicas que possibilitem a locomoção no ambiente escolar, observa-se que muitas mudanças ainda precisam ocorrer, a fim de garantir maior acesso e autonomia para os alunos com NEE no ambiente escolar.

Outra questão, abordada com os professores e o cuidador foi: A escola disponibiliza cursos de capacitação para atuação no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais? A resposta de todos foi “não” ninguém argumentou.

Segundo Minetto (2008), “a escola tem que dar apoio e incentivar a formação continuada de sua equipe”, pois esse é o alicerce na efetivação de práticas adequadas para atender a diversidade de aprendizado dos alunos. Os cursos de capacitação proporcionam ao educador uma oportunidade de troca de conhecimento com outros profissionais da área, também promove o contato com as novas tecnologias utilizadas no âmbito educacional. Pois:

[...] não se trata de formar um professor centrado na discussão dessa temática com bases na disfunção, ou nas causas orgânicas da deficiência, mas, sobretudo, essa formação precisa abordar as discussões sobre a diferença, sobre o outro, sobre as diferentes formas de se tornar humano e aprender no mundo. (SILVA; RODRIGUES, 2011, p. 64)

A partir do momento que as capacitações se tornam frequentes, novos debates e novas formas de lidar com as dificuldades que surgem no ambiente escolar vão sendo amenizadas. O educador precisa repensar sua prática e começar a reconhecer que necessita estar preparado para lidar com a diversidade no ambiente escolar, uma postura que traz benefícios inúmeros não só aos alunos com NEE, mas a todos os participantes do processo educacional.

Visto a importância da formação do professor entendemos que “todos nós somos inacabáveis, estamos sempre mudando, afinando (acertando) e desafinando (errando)”. (MANTOAN, apud ROSA, 2009, p. 141). A partir desse ponto de vista, o professor necessita estar sempre buscando novos avanços, a fim de aprimorar sua prática pedagógica, não se trata de buscar fórmulas prontas como se fosse uma receita de bolo e sim de refletir sobre sua

prática frente a diversidades de uma sala de aula, para assim identificar as potencialidades de seus alunos.

**Quadro 3** – Qual o papel exercido pelo cuidador com relação ao aluno com necessidades educacionais especiais no cotidiano escolar?

	<b>Respostas</b>
Apoio Pedagógico	“Além de auxiliar de acordo com as necessidades mental e física do aluno para seu atendimento, eles ou elas trabalham juntos em seus planejamentos de aprendizagem do mesmo”.
Cuidador	“Professor, porque o cuidador tem que acompanhar e participar do planejamento para que ele possa fazer seu plano de aula conforme a necessidade do aluno que o mesmo cuida”.
Professor 1	“De transmitir e facilitar as atividades desenvolvidas em sala de aula”.
Professor 2	“Não respondeu”
Professor 3	“Acredito que o cuidador é um diferencial no cotidiano escolar, ele deve fazer a diferença dentro da sala e com seu aluno e nunca achar que é incapaz de desenvolver a missão a qual designado”.

Fonte: Silva, 2017.

Segundo o que relata Brasil (2008, p. 3) diz claramente que:

Na área da educação, sob a perspectiva da educação inclusiva, faz-se necessária a disponibilização de suportes como a oferta de equipamentos e ajudas técnicas, incluindo-se aí a contratação de Cuidadores como forma de viabilizar a iniciativa e continuação destes alunos que apresentam necessidade de auxílio na alimentação, na higiene, para vestir-se e outras, na rede de ensino.

Conforme o que preconiza o documento mencionado, o cuidador tem o papel de acompanhar e auxiliar o aluno no que for preciso para seu desenvolvimento no ambiente escolar. Através da observação foi possível notar que o cuidador, está sempre perto do aluno com NEE auxiliando todo tempo em suas atividades.

Porém, com base nas respostas observamos que o cuidador é quem faz o planejamento das atividades a serem desenvolvidas com o aluno com NEE. Já um dos professores se refere ao aluno como sendo do cuidador, mas sabemos que o aluno incluído no sistema de ensino regular é responsabilidade principalmente do professor regente da turma, e

que o cuidador juntamente com o professor precisam desenvolver juntos as metodologias e estratégias de ensino a serem aplicadas durante as aulas.

**Quadro 4** – Como a classe se relaciona com o aluno com necessidade educacional especial?

	<b>Respostas</b>
Cuidador	“Os alunos relacionam-se muito bem com a aluna com necessidade educacional especial”.
Professor 1	“Os alunos gostam de interagir com o mesmo”.
Professor 2	“Não respondeu”
Professor 3	“Com bastante entrosamento”.

Fonte: Silva, 2017.

O relacionamento entre os alunos acontece de forma natural, nas observações realizadas em sala de aula e no intervalo percebemos que os alunos são cuidadosos e atenciosos, em sala um colabora com o outro nas atividades. Uma oportunidade que pode ser utilizada pelo professor para dar ênfase a cooperação em sala de aula, incentivar o comportamento que já é natural dos alunos, pois muitas das vezes os professores chegam em sala de aula estressados e não conseguem enxergar o potencial de seus alunos em contribuírem com o desenvolvimento uns dos outros. Os professores possuem uma influência muito grande sobre o aluno, que muitas vezes o enxerga como alguém para se espelhar, devido a esse fato, aumenta sua responsabilidade em compreender as peculiaridades de seus alunos e trabalhar para reafirmar a inclusão no espaço escolar, pois:

Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, com liberdade, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço a pagar seja bem alto, pois nunca será comparável ao valor do resgate de uma vida escolar marginalizada, de uma evasão, de uma criança estigmatizada sem motivos. (MANTOAN, 2006, p.36)

Não se trata de olhar todos da mesma forma, mas sim de respeitar as limitações do próximo e buscar formas de alcançá-lo, para que o mesmo se sinta realmente incluído. É preciso que a escola por meio de suas práticas incentive e conserve a postura dos seus alunos em cooperar e ser atencioso com o próximo, tornando-se uma escola inclusiva:

[...] o local onde as gerações se encontram, se entendem e se reconhecem como parte de um TODO humano e social indivisível, desenvolvendo juntos a técnica, a

intuição, a flexibilidade e a arte de formar, entre si, parcerias indispensáveis para o futuro da nação. Nesse modelo de escola as dificuldades e as limitações (reais, temporárias ou não) de cada estudante, funcionam como estímulo para o enfrentamento dos desafios da vida comunitária, que com certeza transcendem os limites do ensinamento que as salas de aula, hoje, proporcionam aos alunos. (WERNECK, 1999, p. 153)

Como percebemos a escola não é só um espaço de saberes pré-estabelecidos, mas também um local de convivência amigável entre os alunos, onde laços afetivos são construídos. Com essa oportunidade de troca e interação entre os alunos as práticas discriminatórias e excludentes vão sendo exterminadas e a escola passa a assumir uma caráter, mais inclusivo.

**Quadro 5** – Você considera as atividades aplicadas nas aulas apropriadas para os alunos com necessidades educacionais especiais? Quais os materiais mais utilizados?

	<b>Respostas</b>
Cuidador	“Não. Materiais concretos como: lixa, algodão, esponja, balão cheio de trigo e outros”.
Professor 1	“Sim. Utilizo materiais concretos”.
Professor 2	“Não”
Professor 3	“Sim”.

Diante das respostas, notamos que as opiniões são diferentes, porém durante o período de observação foi possível identificar que não existe uma diferenciação nas aulas para o aluno com NEE, certo que a sala observada tratava-se de uma criança autista, na qual o professor colocava-o sempre perto de sua mesa acompanhando de perto suas atividades. As atividades aplicadas eram as mesmas e da mesma forma, porém com uma atenção maior dispensada ao aluno com NEE em específico.

Quanto a resposta do cuidador, podemos observar no intervalo das aulas que um dos alunos com NEE, sempre estava com algum objeto na mão como mencionado pelo cuidador. Já com relação a utilização de materiais concretos, em todas as aulas observadas não tive oportunidade de presenciar qualquer material que não fosse quadro, pincel, cadernos e cópias. É preciso possibilitar ao aluno fazer coisas que ele sabe e adaptar os materiais utilizados na alfabetização, para que o aluno com NEE seja capaz de alcançar certa autonomia.

Para auxiliar nessa questão, perguntamos ao apoio pedagógico se a instituição disponibiliza materiais pedagógicos para contribuir com o processo de alfabetização de

crianças com necessidades educacionais especiais? Obtivemos a seguinte resposta: “Não, alguns materiais são confeccionados pelos próprios professores responsáveis pelo aluno”.

O apoio pedagógico também precisa participar do processo de inclusão e auxiliar os professores em suas metodologias, buscando parcerias que contribuam com a alfabetização dos alunos com NEE, a partir dessa perspectiva, podemos mencionar que:

A presença de liderança, de coordenação, é indispensável na vida de uma equipe: alguém que tenha uma visão global da situação e que saiba onde se quer chegar, incentivando o grupo a pensar e a ‘por a mão na massa’ para executar o que foi previsto; que aponte a direção do trabalho, apoiando o grupo durante sua execução e levando cada um a superar suas dificuldades (PENIN e VIEIRA, 2002, p. 89).

Como assinala os autores, as responsabilidades precisam ser partilhadas entre as lideranças participativas da escola. Assim sendo, o apoio pedagógico junto com o corpo docente, pode buscar parcerias com as universidades e a secretaria de educação com objeto de ampliar seus recursos metodológicos que auxiliem o trabalho do professor em sala de aula.

Seguindo, perguntamos se os alunos com necessidades educacionais especiais participam ativamente das atividades propostas em sala de aula? De que maneira? O cuidador e o Professor 1 disseram que “não”; o professor 2 disse que “depende de sua necessidade”; Já o professor 3 disse que “sim”.

As respostas foram variadas, porém as observações demonstraram que dependendo da NEE do aluno ele acompanha com o auxílio do professor. No entanto quando o professor se prontifica a modificar o currículo de ensino, ele pode contribuir significativamente para o processo de aprendizagem dos alunos.

Não existe receita pronta par lidar com a variedade de situações que possivelmente o professor encontra em sala de aula, pois “os seres humanos são muito diferentes entre si que essas diferenças podem ser uma fonte de enriquecimento para todos.” (ECO, 2001, p. 12). É importante valorizar o aluno, aquilo que ele sabe e auxiliá-lo a alcançar o que ainda não conseguiu.

**Quadro 6** – Você acredita que o aluno com necessidade educacional especial incluído no ensino regular desenvolve melhor suas capacidades escolares do que se estivesse em classe especial?

	<b>Respostas</b>
Apoio Pedagógico	“Sim, mesmo com todas as dificuldades, a integração desses alunos com os demais alunos contribuem para a melhoria de seu aprendizado”.
Cuidador	“Sim, mas depende da necessidade do aluno”.
Professor 1	“Não”.
Professor 2	“Não sei explicar porque nunca trabalhei num lugar só de crianças especiais”
Professor 3	“Sim”.

Fonte: Silva, 2017.

Ao analisarmos o quadro acima, identificamos que alguns professores não acreditam que o aluno com NEE incluído no ensino regular desenvolvem melhor suas capacidades escolares do que se estivesse em classe especial. Diante dessas respostas nos resta pensar que parte dos professores do ensino regular independente de sua formação, ainda não compreende os benefícios que a inclusão traz para os alunos com NEE e os ditos ‘normais’, para esse comportamento a autora menciona que:

Conhecemos os argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão - eles refletem sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos. Os alunos não são virtuais, objetos categorizáveis - eles existem de fato, são pessoas que provêm dos mais variados contextos culturais, representam diferentes segmentos sociais, produzem e ampliam conhecimentos e têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam. (MANTOAN, 2006, p.34)

Em razão disso, infelizmente percebemos que ainda existem professores fechados as mudanças que uma escola inclusiva precisa encarar, não estamos dizendo que é uma tarefa fácil, mas sim desafiadora. E que a escola precisa repensar suas práticas, pois os alunos são pessoas com características e modo de aprender diferenciados, nos resta dizer que existir uma distância muito grande entre o ideal e o real, porém isso não significa que a busca por melhorias seja deixada de lado.

Não podemos deixar de mencionar o posicionamento daqueles que acreditam de fato nos benefícios do processo de inclusão, porquanto:

À medida que se propaga, a educação inclusiva tem evidenciado suas vantagens pedagógicas e sociais. É uma forma muito mais efetiva de garantir o direito de

crianças e jovens com deficiência a uma educação de qualidade e a uma vida autônoma e feliz. Contribui igualmente para a educação dos demais alunos, desfazendo os preconceitos, incentivando o convívio com as diferenças individuais e estimulando o aprendizado mútuo. Transforma também pais e professores, muitas vezes relutantes e apreensivos. E, por essas várias veias, ajuda a construir uma sociedade mais democrática e menos excludente. (GIL, 2005, p.8)

Vantagens essas que já foram abordadas como a interação dos alunos com NEE com os demais, as trocas que eles estabelecem entre si, até mesmo a própria convivência nos faz conhecer e respeitar as diferenças, formando um cidadão mais consciente para a sociedade. Não basta oferecer aos alunos acesso a escola é preciso um ensino de qualidade que favoreça a participação do educando com NEE, nas atividades desenvolvidas no ambiente escolar, pois:

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresente, dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento. (CARVALHO, 2004, p. 29)

Diante do exposto, podemos inferir que uma escola inclusiva, não trata apenas dos alunos com NEE e sim de todos que frequentam esse espaço, pois assim como o autor faz referencia, qualquer aluno pode apresentar alguma dificuldade permanente ou não, sendo assim precisamos repensar nossa prática e metodologias utilizadas na alfabetização de todas as crianças.

**Quadro 7** – Que metodologias você utiliza para alfabetizar a criança com necessidades educacionais especiais?

	<b>Respostas</b>
Professor 1	“Materiais concretos e lúdicos”.
Professor 2	“Não respondeu”
Professor 3	“Livros, quadro, caderno, músicas e atividades xerocadas”.

Fonte: Silva, 2017.

As metodologias funcionam como uma aliada no processo de ensino aprendizagem dos alunos independente de terem alguma NEE ou não. Conforme a observação no ambiente escolar, não presenciei em nenhum momento a utilização de qualquer material lúdico, ou outra forma que não fosse quadro e caderno, durante as atividades desenvolvidas. O próprio

ambiente de sala de aula não contava com nenhum tipo de decoração, cartaz ou outro tipo de material de apoio nas aulas.

O desafio para o educador não é fácil, mas precisamos encarar o fato que estamos diante de seres humanos, com algum tipo de limitação, porém não incapazes. Para que o professor alcance o aluno com NEE é preciso “primeiramente conhecer o aluno e suas peculiaridades, determinar o nível de competência deles e fatores que viabilizam o processo de ensino e aprendizagem, o professor tem que estar centrado no potencial e não no déficit do aluno”. (MINETTO, 2008, p. 67)

Assim o professor consegue estabelecer qual metodologia utilizar para que o aluno com NEE possa acompanhar as atividades realizadas dentro de suas limitações. Quando entendemos que a diversidade não significa incapacidade, o ambiente escolar se torna mais acolhedor e mais humano, isso é o que todos nós desejamos para a educação de qualquer aluno independente de suas limitações.

**Quadro 8** – Como a avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais é realizada na prática?

	<b>Respostas</b>
Cuidador	“Depende da necessidade do aluno”.
Professor 1	“Conceitos relacionados à evolução das atividades relacionada à sua dificuldade educacional”.
Professor 2	“Não respondeu”
Professor 3	“Não há diferença das demais o mesmo consegue acompanhar as atividades propostas em sala de aula”.

Fonte: Silva, 2017.

As respostas foram variadas, diante dessa variação percebemos que a escola não possui um modelo padronizado de avaliação dos alunos com NEE. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica a avaliação dos alunos com NEE é entendida como um processo permanente e como:

[...] um instrumento a serviço da aprendizagem do aluno, da formação e da cidadania e tem como finalidade fornecer sobre o processo pedagógico informações que permitam aos agentes escolares decidir sobre as intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários em face do projeto educativo definido coletivamente e comprometido com a garantia da aprendizagem do aluno. (SOUZA, 2004, p. 46).

Constata-se dessa forma, que a avaliação dos alunos com NEE precisa respeitar suas particularidades dentro do processo de alfabetização através do acompanhamento de todos os avanços alcançados no decorrer de seu desenvolvimento. Assim adaptações e ajustes precisam ser feitos:

Estas adaptações não significam, no entanto, aprovar indiscriminadamente os alunos, ou conduzir o aluno com necessidades especiais para as séries mais avançadas, até que ele “saia” do sistema. Trata-se de avaliar com critério e flexibilidade, atendendo aos estilos, ritmos e “peculiaridades” individuais de aprendizagem. (GLAT, 2009, p. 50)

Diante dessas colocações, entendemos que as adaptações, proporcionam ao aluno com NEE, maior aproveitamento das atividades realizadas durante o processo de alfabetização, uma estratégia que possibilita ao professor avaliar sua prática, demonstrando o compromisso com um ensino de qualidade, capaz de alcançar a totalidade dos alunos sempre respeitando seus limites.

**Quadro 9** – Questionamentos feitos ao apoio pedagógico sobre o processo de inclusão dos alunos com NEE na escola de ensino regular.

Perguntas	Respostas
Qual o impacto que o processo de inclusão dos alunos com NEE trouxe para o cotidiano escolar?	“A falta de capacitação do profissional da educação do porteiro ao professor para atender esses alunos”.
Como a escola tem buscado melhorar o processo de inclusão?	“Adaptar a estrutura da escola para esses alunos, mesmo que o professor não esteja capacitado para trabalhar com esses alunos, o amor e a dedicação para com eles já ajuda muito o seu processo de aprendizagem”.
Em sua opinião, o que a escola poderia fazer para melhorar o processo de inclusão no ambiente escolar? Quais medidas poderiam ser tomadas?	“Adaptar a estrutura da escola de acordo com as necessidades de cada aluno, trabalhar oficinas pedagógicas para a elaboração de materiais dos nossos discentes, mais capacitação para nossos professores”.

Fonte: Silva, 2017.

O quadro acima demonstra, a visão do apoio pedagógico sobre alguns aspectos da educação inclusiva na escola. As respostas nos levam a compreender que a inclusão escolar

trouxe para a escola alguns desafios que precisam ser repensados, para que a inclusão aconteça, ainda é necessário investir em cursos de capacitação para os professores, por meio de uma educação continuada. Que de acordo com o observado, o professor parece ter caído na rotina, sempre com a mesma apostila encardida, que aparenta ser utilizada a anos, não quero dizer que esse material não tem valor, mas sim que precisamos rever as práticas de ensino, afim de considerar a participação efetiva dos alunos no processo de ensino aprendizagem.

Não quero aqui desqualificar o trabalho exercido pelos professores, pois, todos nós sabemos que os mesmos possuem uma carga horária puxada, e até mesmo horários diferenciados em várias escolas, ou salários defasados. São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos professores, mas não podemos nos prender a essas situações, precisamos avançar, afinal estamos lidando com a construção de um ser humano, auxiliando em seu desenvolvimento. Porém precisamos avaliar diariamente nossa prática, a fim de intervir de forma eficaz e direta na dificuldade de aprendizagem de cada aluno com NEE ou não.

A partir do momento, que o professor reflete sobre sua prática, ele torna-se capaz de perceber que, algumas dificuldades apresentadas pelos alunos são o reflexo de sua prática. Dessa forma sua chance de sucesso com a alfabetização dos alunos com NEE se multiplicam, pois novas metodologias farão parte da prática pedagógica diária. A partir do momento que reavaliamos nossa prática somos capazes de identificar que nem sempre a dificuldade é do aluno em aprender e sim do professor em ensinar.

Esse não é um discurso hipócrita, e sim o ponto de vista levantado conforme as respostas obtidas na pesquisa. Precisamos assumir um real compromisso com a educação em que todos os alunos sejam valorizados, permitindo-lhes a construção de conhecimento durante o processo de alfabetização, respeitando as peculiaridades e motivando os alunos a avançarem cada vez mais em suas construções, dessa forma caminharemos para uma educação mais humanizada e inclusiva.

“É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos.” (MARCHESI, 2004, p. 44). As parcerias estabelecidas no ambiente de ensino carecem ser colocadas em prática, pois:

Na verdade, é o coletivo da escola que constitui uma rede real de suporte para os casos de inclusão. E, geralmente, só com a participação total ou parcial do coletivo de adultos, na escola, é que se podem efetivar as mudanças necessárias na apropriação e uso dos espaços, na organização do tempo, na formação de um contexto de desenvolvimento adequado para os alunos de inclusão.

Responsabilidade de tornar as intenções inclusivas em ações práticas é dever de uma ação coletiva no interior da escola. (LIMA, 2005, p. 03).

Nota-se nitidamente que “docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas” (SANT’ANA, 2005, p. 228). A citação é esclarecedora, pois uma escola inclusiva a responsabilidade sobre o processo de ensino aprendizagem é função de todos, os professores não podem ficar sozinhos é necessário a colaboração do apoio pedagógico, oferecendo suporte para o desenvolvimento das atividades realizadas e o sucesso escolar do aluno com NEE, buscando meios de viabilizar recursos que darão auxílio ao professor.

Através dessa mudança de postura, os professores se sentirão valorizados e acima de tudo capazes de lidar com a inclusão dos alunos com NEE em suas classes, pois saberão que não estão sozinhos. Vale lembrar que as mudanças que esperamos que as escolas façam, começam por uma mudança de atitude de cada um de nós, ou seja, começa a partir da sensibilização de cada agente envolvido no processo de ensino aprendizagem, reconhecendo que as mudanças não vão ocorrer como uma espécie de mágica, mas sim através da mudança de atitude de cada um em reconhecer que todos podemos aprender alguma coisa, só precisamos identificar de qual maneira.

O ambiente escolar também precisa ser adaptado estruturalmente, a fim de viabilizar o acesso do aluno com NEE em todo espaço da escola. Pois a inclusão vai além de trazer o aluno até a escola, é preciso possibilitar uma maior autonomia, começando pela estrutura física do espaço escolar, que em muitos casos impede a livre circulação do aluno no ambiente. Por exemplo, o acesso a quadra esportiva da escola, não possibilita o acesso dos alunos cadeirantes, pois o caminho possui muitos desníveis e grades para escoamento da água, o que inviabiliza o acesso até mesmo com ajuda de outra pessoa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa sobre as metodologias utilizadas na alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais na Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade, nos concedeu a chance de pesquisar os métodos e metodologias utilizadas na alfabetização de crianças com NEE na rede de ensino regular.

Identificamos como a inclusão vem ocorrendo na alfabetização de crianças com NEE, ou seja, nas séries do primeiro ao terceiro ano de ensino fundamental. O que na prática ainda precisa se tornar um espaço menos excludente, que proporcione ao educando com necessidade educacional especial um ambiente propício ao seu desenvolvimento educacional.

Não podemos fechar os olhos para essa realidade, é preciso despertar, pois o modelo educativo atual não pode conviver com essa negação. Pois incluir não é só acomodar o aluno em sala de aula e sim oferecer mecanismos diferenciados para que o mesmo possa se desenvolver e se sentir parte integrante desse espaço de convivência e aprendizagem.

Os educadores envolvidos no processo do ensino inclusivo, de acordo com o constatado tem qualificação acadêmica e em muitos casos, especialização relacionada a lidar com as dificuldades de aprendizagem de qualquer natureza. Porém, constatamos que os educadores envolvidos nesse processo, apesar da qualificação acadêmica apresentada pela maioria se consideram incapazes de receber os alunos com NEE em sua classe.

Isso é uma constante que precisa ser revista e acompanhada de perto através de uma formação continuada, o que pode ser organizado pela própria escola, visto que profissionais da educação podem ser convidados para de tempo em tempo realizar capacitações e outros eventos que envolva a questão da educação inclusiva e alfabetização de crianças com NEE. Por outro lado o corpo docente precisa estar interessado em se capacitar, uma vez que a inclusão nas escolas de ensino regular é uma realidade, é um avanço para uma sociedade que convive diariamente com a diversidade social, econômica, de aprendizagem e cultural.

Logo se vê, que, o que os professores aprendem na academia, infelizmente não é visto na prática diária da escola. De repente o que está faltando é o interesse da parte dos professores em compreender as novas configurações sociais que o sistema escolar demanda na atualidade. Entender que não só os alunos com NEE precisam ser incluídos e sim tantas outras crianças que não conseguem acompanhar as práticas dos professores que insistem em realizar um trabalho que não considera a diversidade do modo de aprender. Porquanto a formação do educador vai além de recursos materiais e novas metodologias, e sim da consciência que é preciso valorizar e conviver com as diferenças.

Os alunos com NEE, nem sempre tem acompanhado as atividades propostas aos alunos de modo geral, uma vez que, os métodos e metodologias utilizados na prática se propõem a uma ideia de que todos aprendem da mesma forma e ao mesmo tempo, a busca pelo insucesso geralmente é atribuída ao aluno. Assim a pesquisa nos possibilitou identificar que a inclusão de crianças com NEE na escola de ensino regular ainda necessita de muita mudança para que realmente aconteça na prática.

O ambiente escolar, infelizmente não tem propiciado ao educador e educando os recursos necessários para realizar com êxito as propostas relacionadas ao processo de ensino aprendizagem, a começar pela falta de estrutura que impossibilita a livre circulação nas dependências da escola pelas crianças com NEE. E que a utilização de recursos materiais, identificados são os básicos: quadro, pincel e caderno, não desmerecendo esses recursos úteis nesse processo, porém não únicos.

Um sistema escolar menos excludente, precisa reavaliar o que está sendo feito com intuito de intervir naquilo que de fato precisa ser aprimorado e até mesmo modificado. Não apenas modificações estruturais, mas também adaptações curriculares e acompanhamento dos professores e sua prática, fornecendo apoio para que a inclusão aconteça de fato com sucesso.

Constata-se dessa forma que os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados. E diante dessa constatação feita, seria viável que a escola se comprometa com a formação continuada do professor, para que assim consiga trabalhar com metodologias e recursos adaptados conforme a especificidade de cada aluno com NEE. Que busque os órgãos competentes, a fim de reestruturar as dependências do espaço escolar, e realize parcerias viáveis ao processo de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, o resultado apresentado pela pesquisa em questão, tem a finalidade de tratar das metodologias utilizadas na alfabetização de crianças com NEE. Tendo como aspecto fundamental a inclusão, a formação docente numa perspectiva inclusiva e a tentativa em se estabelecer uma oportunidade de diálogo e reflexão sobre o modelo educativo atual, não somente da escola pesquisada, mas em tantas outras que se encontram na mesma situação no Município de Tabatinga. Bem como, contribuir com o processo de formação de professores reflexivos sobre essa prática educacional homogeneizadora e excludente que encontramos no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE Joelise Mascarello de. et al. **Teoria e Prática da Educação Especial**. Manaus: UEA Edições, 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Et al. **Psicologias: uma introdução aos estudos de psicologia**. 14. ed. São Paulo:Saraiva,2008.

BRASIL. Constituição da República federativa do Brasil, promulgada em 5/10/1988. Brasília: Senado federal, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/legislacao> Acesso em: 27 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/legislacao> Acesso em: 27 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf> Acesso em: 27 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/legislacao> Acesso em: 27 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. **Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. Volume 1 Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei 10.098, de 23 de Março de 1994. Estabelece regras e normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Presidência da República**. Brasília, 19 dez. 2000.

\_\_\_\_\_. **Inquérito Civil n.º 341/2008**:Acessibilidade da pessoa com necessidades especiais – direito à educação e contratação de Cuidador. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_civel/aa\\_ppdeficiencia/aa\\_ppd\\_julgados/2011-7-15%20-%20INICIAL%20ACP%20-CUIDADOR.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/aa_ppdeficiencia/aa_ppd_julgados/2011-7-15%20-%20INICIAL%20ACP%20-CUIDADOR.pdf). Acesso em: 28 set. 2014, 18:15:23.

\_\_\_\_\_. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arpoliticaeducespecial/pdf> Acesso em: 27 jan. 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

ECO, U. **Choque de civilizações: em nome da razão**. *Eu &, Valor Econômico*, São Paulo, 26 out. 2001. p. 9-16.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Marta. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005

GLAT, Rosana (Org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro:7 letras, 2009.

GUEBERT, Miriam Célia Castellain. **Inclusão: uma realidade em discussão**. 3.ed.rev. atual. e ampl. Curitiba: Ibpx, 2010. (Série Inclusão Escolar)

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia: um olhar, uma escuta**. Curitiba: Ibpx, 2009.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Ciranda da Inclusão: esclarecendo as deficiências**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática**. In SEVERINO, Antônio Joaquim; PIMENTA, Selma Garrido. (Coords.). **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Elvira Souza. **Diversidade e aprendizagem**. São Paulo: Sobradinho, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2.ed. São Paulo: Moderna, 2006. ( Cotidiano escolar: ação docente)

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARCHESE, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESE, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre : Artmed, 2004.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2001.

MINETTO, Maria de Fátima, **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio: 2ª ed.rev.atual. ampl.** – Curitiba: Ibpx, 2008.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento Subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/destaques>> Acesso em: 27 jan. 2017.

PENIN, Sônia T. S; VIEIRA, Sofia. L. **Refletindo sobre a função social da escola**. In: Vieira, Sofia Lerche(Org.). **Gestão da escola-desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.13 a 43.

PEREIRA, Beatriz Regina; NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. **Inclusão e exclusão: múltiplos contornos da educação brasileira**. São Paulo: Expressão e arte, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil, 2013.

RODRIGUES, Darcimar Souza. **A educação inclusiva na escola indígena Ebenezer do povo Tikuna da Comunidade de Filadélfia no Município de Benjamin Constant-AM**. 2014. 70p. Dissertação (Mestrado), Escola Superior de teologia, Programa de pós graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2014. Disponível em: <[http://tede.est.edu.br/tede/tde\\_busca/processaArquivo.php?codArquivo=559](http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/processaArquivo.php?codArquivo=559)> Acesso em: 27 jan. 2017.

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, Almir Liberato da (coord.). **Pesquisa e prática pedagógica I**. 3.ed. Manaus: UEA/PROFORMAR, 2005.

SILVA, Almir Liberato da (coord.). **Metodologia do desenvolvimento da pesquisa**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2006.

SOUZA, Sandra Zákia Lian. Revisando a Teoria da Avaliação da Aprendizagem. In: Souza, Clarilza Prado de (Org.). *Avaliação do Rendimento Escolar*, 12ª edição, Papiros, Campinas, 2004.

TREVISAN, Patrícia Farias Fantinel; CARREGARI, Júlio. **Construindo conhecimento em educação especial**. 2. Ed. Manaus: Valer, 2011.

WERNECK, Claudia. **Sociedade Inclusiva**. Quem cabe no seu TODOS? Rio de Janeiro: WVA, 1999.